NOTÍCIAS AFRICANAS 81

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 17 A 23.10.1994

ANGOLA

Assinatura de protocolo debaixo de fogo

A assinatura do protocolo de paz sob fogo cerrado pondo fim às hostilidades entre a Unita e o governo será, infeliz e provavelmente, a única alternativa a ser seguida pelos contendores, se levarmos em consideração os últimos acontecimentos ocorridos tanto no processo de negociação angolanos, quanto no campo de batalha.

A declaração do representante da ONU, Alioune Beye, de que até a última semana de outubro ocorreria a assinatura do protocolo pelos representantes da equipe governamental e da Unita – vista por muitos observadores como precipitada – tornou necessário um esforço redobrado do representante para que os negociadores não aproveitassem essa "aceleração" e colocassem novos obstáculos à assinatura do protocolo.

É possível que Alioune Beye tenha atuado de forma planejada, numa tentativa de forçar os negociadores a contestarem publicamente o seu otimismo e dessa forma ficarem expostos como responsáveis, mais uma vez, por entravarem o processo negocial. De qualquer forma, planejada ou não, foi uma ação arriscada, mas que parece ter dado resultado, já que o governo deu os primeiros sinais positivos ao calendário proposto por Beye.

Até o momento do pronunciamento otimista de Beye o governo vinha exigindo a discussão antecipada do estatuto a ser ocupado por Jonas Savimbi, afirmando não estar disposto a repetir os acontecimentos do período pós-eleitoral. A Unita, por sua vez, afirmava que tal discussão não constava da agenda acertada previamente e com isso posicionava Beye no meio do fogo cruzado.

O governo espera obter responsabilidades por parte de Savimbi com a decisão de seu estatuto e, ao mesmo tempo, dar uma satisfação à tese americana de participação no poder. Sugere-se até o momento duas hipóteses possíveis para o líder da Unita. Em primeiro lugar, no caso de uma única Vice-Presidência, ele ocuparia o cargo; a outra alternativa ocorreria no caso de o MPLA insistir na idéia de duas Vice-Presidências. Sendo assim, a Unita indicaria seu chefe na equipe negocial, Eugênio Manuvakola, para o cargo e aceitaria a posição de líder da oposição para Savimbi, desde que negociadas as exigências, principalmente policiais, reivindicadas por seu líder.

Entretanto, no momento em que redigimos essas linhas chegam notícias de que o mediador da ONU parece ter recebido um aceno conciliatório por parte de José Eduardo quanto à sua proposta de assinar primeiro o protocolo e adiar a decisão do estatuto de Savimbi para a reunião dos dois líderes quando da assinatura do acordo, o que agradaria à liderança da Unita. Do lado da parte negocial, portanto, há um certo movimento de aceleração das decisões a fim de obter rapidamente, pelo menos, a assinatura do protocolo.

Esse otimismo e essa aceleração, no entanto, contrastam com as notícias que têm sido divulgadas quanto à intensificação dos combates. Segundo as declarações oficiais de Luanda, do *Jornal de Angola* e da Reuter, o exército governamental tem obtido êxito em sua última ofensiva na área do Soyo e na região próxima à capital da província do Huambo. De acordo com essas declarações, a região petrolífera do Soyo já estaria sob domínio governamental, enquanto no Huambo a tropa se posiciona a cerca de 80 quilômetros da capital.

Os países observadores do processo de paz se desdobram em pedidos a ambos os lados para que cessem a abertura de novas frentes de luta, a fim de não comprometer o andamento das negociações em Lusaka.

Todavia, alguns analistas apontam para o lado oposto de quem, seguindo o raciocínio da linha militarista do governo, apostam que só pressionada a Unita aceitaria assinar o protocolo sem exceções. De acordo com essa tese, a pressão proporcionada pela atual ofensiva militar governamental pode acarretar, ao contrário da opinião geral, uma rápida negociação para a assinatura do protocolo, entre fins de outubro e início de novembro, como havia previsto Beye.

O protocolo, porém, deve ser assinado por esse período, pois os países diretamente envolvidos no processo de negociação não pretendem perder as conquistas obtidas até o momento entre os dois opositores. Evidentemente, no caso de a ofensiva militar governamental favorecer a assinatura, é provável que a recriminação internacional seja moderada, enquanto, por outro lado, no caso de essa ofensiva ser prejudicial ao objetivo da ONU, ocorreria uma articulação – com papel preponderante para Portugal junto ao governo – a fim de arrefecer tal ofensiva.

Marcelo Bittencourt
(Pesquisador do CEAA)

NESTA EDIÇÃO

• O noticiário sobre as eleições em MOÇAMBIQUE está nas páginas 2, 3, 5. 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13.

• SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE está na página 6.

• A ÁFRICA DO SUL está nas página 9.

• O leitor vai encontrar o noticiário sobre ANGOLA nas páginas 3, 4, 8 e 14.

• Os PALOPs são notícia na pág. 5.

Ex-soldados moçambicanos, armados e abandonados, reivindicam empregos

Desmobilizados vão boicotar eleições

PÚBLICO, 22.10.94

Do nosso enviado
Luís Pedro Nunes
em Maputo

Mataram, "em nome dos políticos", e agora dizem-se abandonados. Uma história tão antiga como todas as guerras que terminam sem glória ou heróis. Os desmobilizados moçambicanos dizem que vão boicotar as eleições. E sabem que a polícia vai reagir. Por isso planearam "uma estratégia". E os problemas já começaram. Há dois dias, numa manifestação, as autoridades abateram um desmobilizado e feriram outro.

É agora ou *nunca*. Os desmobilizados de guerra em Moçambique dizem-se esquecidos e sabem que num futuro próximo ainda o serão mais. Nos dias 27 e 28, data das eleições legislativas e presidenciais, vão, "por todo o país", "desfilar pacificamente e sentar-se frente às mesas de voto envergando 't-shirts' de todos os candidatos, para impedir as votações". A polícia irá reagir. Eles sabem-no. "Temos já uma estratégia montada, mas não lha podemos revelar, até porque depende muito da situação no terreno." Uma situação, aliás, que facilmente poderá degenerar em violência. Anteontem, em Milange, Zambézia, numa manifestação de desmobilizados, a polícia "disparou para o ar", segundo a Rádio Moçambique, "matando um manifestante e ferindo outro".

Júlio Nimuire, de 31 anos, dos quais sete a matar em nome do exército governamental, é hoje presidente da Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra (Amodeg), por si criada, quando era mineiro na África do Sul. A actual situação, alerta, é explosiva, completamente imprevisível e difícil de dominar.

Até ao dia de ontem, segundo dados da Operação das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz), foram desmobilizados 75.889 homens, dos quais 55.589 pertenciam ao Governo e 20.300 à Renamo. Todos eles tiveram direito ao subsídio de desmobilização: milhão e meio de meticais, cerca de 45 contos, repartidos em dois anos. Seis meses são assegurados pelo Estado moçambicano, 18 pela comunidade internacional. Para os primeiros desmobilizados essa mensalidade está agora a terminar.

"Nós não queremos dinheiro, diz Júlio Nimuire, "nós queremos que o Governo nos ajude na criação de empregos, que contrate uma empresa de consultoria que nos auxilie a criar pequenas empresas, alguém que dê formação profissional a estes homens... nós só queremos emprego."

O *primeiro-ministro* Mário Machungo já reagiu às reivindicações da Amodeg, dizendo tratar-se de chantagem em vésperas de eleições. Naquele pequeno gabinete da Amodeg, ao lado de uma das muitas sedes da Frelimo em Maputo, Júlio Nimuire não é nada brando. "Isso não é resposta digna de um dirigente político que depende do seu povo. Um dia o senhor primeiro-ministro pediu para nós tirarmos a camisa e vestir uma farda para defender a pátria e nós fizémo-lo, o senhor primeiro-ministro continuou civil, nós andámos a matar para que ele sobrevivesse. Quem matou fomos nós, não foram os políticos e já pedimos perdão... e quem fez a guerra foram os filhos dos camponeses, não foram os filhos dos políticos ou dos directores. A paz dependeu de nós, e nós aceitámos largar as armas."

Ressentimento

Há em Nimuire um grande ressentimento contra os políticos. "Alguns ganharam a lotaria à nossa custa porque receberam 100 mil dólares do 'trust fund' apenas por serem candidatos à Presidência. Agora os políticos têm de garantir o nosso futuro porque nós já garantimos o deles."

Júlio Nimuire, continua, de rajada: "Machungo diz que não pode fazer milagres... mas a nós na guerra pediram-nos que fizéssemos milagres e fizemos... eu perdi lá anos da minha vida... e a minha licenciatura que não tirei? Ninguém me pode pagar isso em retroactivos. Nós só queremos é que todos os políticos, antes das eleições, assinem um compromisso." Para mais existem as armas. "São inevitáveis os futuros conflitos sociais, veja o caso dos que foram trabalhar, de livre vontade, para a RDA. Hoje já venderam as televisões e geladeiras (frigoríficos) que trouxeram e são os grandes criminosos desta cidade. Os desmobilizados vão por esse caminho. Há quem alugue a sua arma. Há quem tenha em casa RPG-7 [lança-foguetes]. Quando se tem fome, não se tem emprego, futuro, nada, e se está esquecido pela sociedade, qual é a alternativa a matar e a roubar?"

Almeida Torres tem 29 anos. Durante oito foi soldado governamental. É casado, tem dois filhos, foi desmobilizado há quase um ano e ainda nem sequer começou a receber o subsídio de desmobilização. Não tem emprego, pelo que, tal como muitos e muitos outros, aparece todos os dias na sede da Amodeg. Pelo menos conversa com gente que o compreende e que vive o mesmo destino. "Tenho vivido à custa de família e amigos... é uma vergonha." Veste um casaco e uma gravata, roupa velha mas que lhe dá uma dignidade autêntica. "Essa é a gratidão deles: não tenho casa nem emprego, nada." Os regressados de uma guerra sem vencedores nem vencidos, sem glória nem heróis, dizem-se cidadãos de segunda, uma história que deverá ser tão velha quanto a própria guerra. "Isto pode pôr em perigo toda a sociedade, todo o processo de paz... é uma situação ridícula, ver tanta comida, é ridículo."

Ele também fala das armas "que andam avulsas por aí". E dos desmobilizados da Renamo, também membros da associação. "Esses ainda estão piores. Esses foram criados no mato, sem conhecer o que é o dinheiro, sem saber o que é o sapato. Hoje mandaram-nos embora, não têm dinheiro, não têm sapatos, sem sabão para se lavar." Dizem-se traídos pelos próprios generais que despiram as fardas para se tornarem empresários. "Nem sequer passaram por aqui para se inscreverem na Amodeg."

Júlio Nimuire, o presidente da associação, tem ainda um outro problema, segundo relata. "Anda alguém a querer eliminar a minha vida, e já não são só as ameaças de morte, já é mais. Eu digo mal de todos os partidos, de todos os políticos, é por isso." Um dos associados, a seu lado, conta uma história: na semana passada, dois polícias entraram na associação de Kalashnikov para provocar distúrbios. "Alguém os mandou, nós neutralizámo-los, ficámos cá com as duas AK-47. Ninguém as veio reclamar. Nós também não as vamos entregar. Afinal, a quem é que as podíamos dar? À polícia outra vez?" E a seu lado todos se riem de semelhante hipótese. ■

Novo Presidente em Janeiro

PÚBLICO, 22.10.94

O PRIMEIRO Presidente da República democraticamente eleito em Moçambique poderá só tomar posse em Janeiro de 1995, se os resultados do escrutínio da próxima semana obrigarem à realização de segunda volta, no caso das presidenciais (que no das legislativas não está prevista mais do que uma).

Tanto umas como outras das eleições que se realizam em simultâneo nos dias 27 e 28 deste mês poderão ser prolongadas por mais um dia, caso a Comissão Nacional que as superintende o julgar necessário.

Os resultados serão conhecidos um dia depois, a nível distrital, e dois dias depois, a nível provincial. No entanto, o anúncio oficial dos resultados das dez províncias e da capital só será feito na sexta-feira 4 de Novembro. Quanto aos totais nacionais, o calendário da Comissão Nacional de Eleições (CNE) prevê que sejam oficialmente anunciados no dia 12 do próximo mês, mas publicados apenas uma semana depois.

Os novos deputados devem tomar posse no dia 4 de Dezembro e o Presidente da República a 12 do mesmo mês, se não houver necessidade de segunda volta.

Caso nenhum dos candidatos à Presidência obtenha 50 por cento dos votos expressos na próxima semana, o chefe de Estado ainda em exercício, Joaquim Chissano, convocará uma nova ida às urnas.

A data da segunda volta, se a houver, só será conhecida em 24 de Novembro, mas a Lei Eleitoral estabelece que deverá realizar-se até 21 dias depois da publicação dos resultados do primeiro sufrágio. Ou seja, até 10 de Dezembro.

Embora a Lei Eleitoral não preveja a data de tomada de posse do Presidente Eleito em caso de segunda volta, é presumível que tenha lugar 45 dias depois da votação, à semelhança do que está previsto se tudo ficar logo decidido na primeira ronda. Assim sendo, o novo Presidente talvez só fosse empossado já quase em finais de Janeiro.

A primeira votação está a ser precedida de uma campanha eleitoral de 33 dias, que termina segunda-feira, enquanto que para uma segunda a campanha seria de dez dias, a terminar 24 horas antes da votação. ■

José Pinto de Sá,
em Maputo

Savimbi pode estar em Portugal

EXPRESSO, 22.10.94

JONAS Savimbi pode estar em Portugal e terá permanecido entre domingo e quinta-feira numa quinta de Barcelos. A propriedade é de uma família de portugueses com fortes ligações aAngola, a famíliaAbelheira, e tem o nome de Quinta do Barreiro, sendo também conhecida por Quinta do Africano. Fontes diplomáticas portuguesas admitiram as ligações desta família com figuras próximas de Savimbi.

Uma empregada da família, contactada anteontem pelo EXPRESSO, confirmou a presença do líder da UNITA na propriedade, acrescentando não saber se iria ou não «ter de fazer o jantar» para ele e para outra pessoa.

A mesma fonte aludiu à chegada dos visitantes no domingo à noite e ao facto de estarem a ser acompanhados no Norte por um indivíduo de apelido Osório, que o EXPRESSO apurou ser José Nuno Levy Osório.

Ontem, o referido indivíduo, contactado na propriedade pela equipa de reportagem do EXPRESSO, negou que Jonas Savimbi tivesse pernoitado naquele local. Perante a insistência do jornalista, limitou-se a sugerir que não lhe fossem feitas mais perguntas.

Vizinhos detectam movimento anormal

Nas redondezas, porém, houve quem se apercebesse de algo estranho. Uma vizinha reparou num movimento ▶ fora do comum na noite de quinta e madrugada de sexta-feira. **«Entravam e saíam carros, e a casa teve as luzes todas acesas até depois da uma da manhã».** Ainda segundo o mesmo testemunho, **«por volta das sete da manhã saíram todos».**

Na mesma noite foi assinalada a presença na quinta de um indivíduo de cor negra (ver foto), presumivelmente um elemento da segurança, e a presença de um carro da marca BMW sinistrado (presumivelmente na noite de anteontem para ontem), propriedade de Levy Osório.

A presença de Savimbi no Norte foi associada aos alegados ferimentos que o teriam obrigado a tratamento hospitalar.

A meio da tarde de ontem, fonte altamente colocada na UNITA garantia que Savimbi está na companhia do seu médico pessoal, Carlos Morgado. A mãe do médico, contactada pelo EXPRESSO, confirmou que o filho está de facto em Portugal, recusando-se no entanto a revelar o seu paradeiro.

Governo ignora paradeiro

Entretanto, ontem, o Ministério daAdministração Interna e o Ministério dos Negócios Estrangeiros desconheciam a presença do líder da UNITA em território português, embora admitissem que ele poderá ter entrado incógnito pela fronteira terrestre. Uma fonte próxima de Durão Barroso adiantou que Savimbi deveria necessitar de visto de entrada em Portugal, já que não tem passaporte português, e que esse visto não foi pedido. **«Mas uma coisa é certa: a diplomacia ocidental não sabe neste momento onde está Savimbi. Logo pode estar em qualquer lado»,** adiantou a mesma fonte.

Violência em Maputo

CENAS DE violência envolvendo simpatizantes da Renamo e da Frelimo multiplicaram-se, ontem, durante o desfile de seis horas que Afonso Dhlakama efectuou pela capital moçambicana e subúrbios populosos.

Tudo começou com um incidente em que elementos da Renamo responderam a uma provocação de jovens da Frelimo. A partir desse momento, várias outras escaramuças foram ocorrendo, com a polícia a mostrar dificuldades em controlar a situação. De manhã, carros ostentando propaganda da Frelimo circulavam pela cidade com as matrículas cobertas.

Nas paragens, Afonso Dhlakama foi repetindo o seu habitual discurso eleitoral, com algumas adaptações: "Esta cidade cheira mal, esta cidade está cheia de lixo... Uma das primeiras coisas que Dhlakama fará quando for Presidente será arranjar uns camiões para limpar todo este lixo", disse o candidato da Renamo.

Dhlakama reuniu-se depois com alguns membros do corpo diplomático e com o representante do secretário-geral das Nações Unidas, Aldo Ajello. Um dos pontos discutidos foi o do suposto relatório confidencial elaborado pela empresa de assessoria brasileira Vox Populi para a Frelimo, divulgado e reproduzido pela imprensa em fac-símile.

O relatório, datado de Setembro, aconselha Joaquim Chissano a iludir os eleitores com a colagem da imagem de candidato e Presidente e a utilizar as suas deslocações como se fossem oficiais, usando o respectivo apoio logístico do Estado e recorrendo "a tolerância de ponto para captar pessoas para os comícios".

É também aconselhada a criação de "mecanismos de distracção" para desviar a Renamo do essencial para questões secundárias.

O documento garante que Chissano irá vencer "à vontade" e que a diferença nas intenções de voto, em Setembro, davam uma vantagem de mais de 25 por cento ao actual Presidente. ■

Luís Pedro Nunes, em Maputo

PÚBLICO, 23.10.94

Eusébio e as eleições em Moçambique

EXPRESSO, 22.10.94

RELATIVAMENTE à notícia «Eusébio envia abraço a Dhlakama» [EXPRESSO, 15/10/94], esclareço o seguinte:

Há alguns meses, fui sondado para colaborar na campanha eleitoral da Renamo, participando, nomeadamente, no comício de encerramento. Este convite foi transmitido através de terceiras pessoas, ligadas a uma agência de publicidade, que se encontram a colaborar com a Renamo.

Desde o início manifestei a minha indisponibilidade para colaborar, por não desejar envolver-me na política partidária de Moçambique.

Apesar desta minha postura, sucessivamente reafirmada ao longo dos meses, os mesmos indivíduos foram insistindo para que manifestasse publicamente a minha adesão, chegando a apresentar contrapartidas económicas a título de renumeração pela presença no comício da Renamo.

No dia 27/9/94, no lançamento público da linha de produtos Pantera Negra, realizado em Lisboa, tendo mais uma vez sido instado para participar no comício, reafirmei a minha indisponibilidade, com base na equidistância que pretendo manter em relação aos partidos moçambicanos e à boa relação que mantenho com o Governo actual e com o Presidente Joaquim Chissano (...).

Entretanto, em data posterior, anuí em enviar para Afonso Dhlakama uma fotografia minha, com uma dedicatória, na qual escrevi a expressão «com um abraço». Tratou-se de um gesto de mera cortesia, dirigido a alguém que não conheço pessoalmente, mas que respeito, no duplo plano pessoal e político, sem que tal signifique qualquer tipo de adesão.

As ilações de que a notícia faz eco, extraídas deste singelo facto, são falsas e caluniosas: falsas ao afirmar um apoio discreto à Renamo, expresso pela oferta da fotografia autografada; caluniosas por insinuar que tal apoio só não seria explícito pelo facto de a Frelimo auxiliar familiares meus, residentes em Moçambique.

Logo que tive conhecimento da publicação da notícia, comuniquei à Renamo que não autorizo, por nenhuma forma, que o meu nome ou imagem sejam utilizados para qualquer acto de campanha (...).

Formulo ainda um voto para que Moçambique siga pelo caminho da paz e do desenvolvimento, no qual todos devemos estar empenhados.

Eusébio da Silva Ferreira
Lisboa

Beye foi ao Huambo

PÚBLICO, 23.10.94

O DIPLOMATA maliano Alioune Blondin Beye, que nas questões de Angola representa o secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, deslocou-se ontem de Luanda ao Huambo, a fim de ultimar os preparativos para a rubrica do protocolo de Lusaca, primeiro passo para um desejável acordo de paz.

Da capital zambiana seguiu entretanto, também para o Huambo, a delegação da UNITA que desde há quase um ano tem vindo a negociar com o governo de Angola o restabelecimento da paz, quebrada após as eleições gerais de Setembro de 1992, que deveriam ter normalizado a vida no grande país.

Durante os próximos dias, no Huambo (cidade que no tempo colonial se chamou Nova Lisboa), a Comissão Política da UNITA deverá debater os textos elaborados durante mais de 11 meses de negociações e dar eventualmente luz verde para que seja rubricado o protocolo de Lusaca.

Entretanto, a delegação governamental angolana às arrastadas conversações que têm tido lugar na capital da Zâmbia segue provavelmente amanhã para Luanda e aguarda aí instruções da ONU sobre a data em que deverá voltar a Lusaca, para os acertos finais da concretização do processo de paz e para a esperada rubrica do documento que abre caminho a um acordo formal.

Uma vez rubricado o protocolo, num dos últimos dias de Outubro, conferenciam os estados-maiores das Forças Armadas de uma e outra parte, para acertar pormenores técnicos e verificar se será acaso possível decretar um cessar-fogo global durante a primeira quinzena de Novembro.

Só depois de rubricado pelos chefes das duas delegações o protocolo que resume todo o trabalho feito em Lusaca ao longo de quase um ano, para actualizar os acordos que há três anos e meio se concluíram em Portugal, é que se poderá anunciar o dia exacto para a assinatura do novo tratado de paz entre o Estado angolano e a UNITA. Mas, por toda a sinuosidade do processo, é difícil de admitir que antes da segunda quinzena de Novembro o Presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi se encontrem frente a frente e repitam as assinaturas que fizeram em Lisboa no dia 31 de Maio de 1991.

O enigma Savimbi

Aliás, no mês passado começaram a surgir notícias, no boletim "InformÁfrica confidencial", dirigido em Lisboa pelo angolano Rui Ramos, de que o líder da UNITA estaria inoperacional. E no dia 3 de Outubro o governador da província de Benguela, Paulo Jorge, também afirmou ao PÚBLICO "dispor de informações de fonte credível" segundo as quais Jonas Savimbi teria recebido em Marrocos tratamento a ferimentos graves.

Mais tarde, constou em São Tomé, e a agência Reuter fez-se eco disso, que Savimbi passara por ali quando o arquipélago estava em plena campanha para as suas eleições legislativas de 2 de Outubro e fora assistido no aeroporto. Mas a UNITA nunca admitiu que o seu chefe tivesse sido vítima de bombardeamentos governamentais ou alvo de alguma conjura partida das próprias fileiras.

Finalmente, ontem, o semanário português "Expresso" alvitrava a possibilidade de Jonas Savimbi haver estado a semana passada alguns dias no Minho...

No entanto, diplomatas africanos dizem-nos estar seguros de que durante as últimas semanas o chefe da UNITA permaneceu em Angola, não sendo até inédito que determinadas figuras políticas — designadamente em países como a China ou a Coreia do Norte — fiquem dois ou três meses numa espécie de limbo, apenas contactáveis pelos seus colaboradores mais directos.

Perante todo este enredo é que ontem, ao fim do dia, se aguardava ansiosamente em Luanda que Alioune Blondin Beye regressasse do Huambo, a fim de dizer se vira ou não com os seus próprios olhos esta nova vers.ão de El-rei D. Sebastião. ■ **J.M.**

Savimbi está no Huambo

PÚBLICO, 23.10.94

"ELE ESTÁ vivo. Está bem vivo!", assegurou ontem ao fim do dia o medianeiro da ONU, Alioune Blondin Beye, ao regressar a Luanda de uma deslocação ao Huambo, onde conferenciou durante três horas com o líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi.

Ainda mal descia as escadas do avião que o levara ao Planalto Central e já o representante especial do secretário-geral Butros Butros-Ghali gritava para o general nigeriano Chris Garuba, comandante da Unavem II: "Ele está vivo. Estivemos três horas a conver-ar." E assim esclarecia muitas dúidas que se tinham levantado desh á um mês quanto ao estado e ...ro do chefe da oposição ar-i..angolana ([redacted]).

Perante uma insistência do PÚBLICO, o maliano Blondin Be- continuou: "Savimbi está de perfeita saúde, porque senão não tinha estado com ele." E deu a entender não haver qualquer obstáculo a que o líder da UNITA possa ir oportunamente a Lusaca assinar o acordo de paz com o Presidente José Eduardo dos Santos, 15 dias após a rubrica do protocolo que já está pronto desde a semana passada.

Blondin Beye deverá voltar hoje a ser recebido pelo chefe de Estado angolano, em Luanda, enquanto no Huambo está já a decorrer a reunião da Comissão Política da UNITA convocada para ratificar os documentos que hão-de consubstanciar a paz.

As declarações do medianeiro da ONU vêm pôr fim às especulações que davam o dirigente máximo da UNITA como morto ou gravemente ferido e põem em causa a notícia ontem publicada no "Expresso", segundo a qual Jonas Savimbi teria estado em Portugal durante a última semana, numa quinta da região de Barcelos.

"É pura especulação. É ridículo afirmar-se que o dr. Savimbi estaria aqui. Quem está aqui são amigos nossos africanos que vivem em Lisboa. É normal termos muitos amigos cá em casa, angolanos e cabo-verdianos, a passar alguns dias connosco. Nada mais." Foi desta forma peremptória que Fátima Osório, esposa de um familiar do proprietário da Quinta do Barreiro, em Abade de Neiva, no concelho de Barcelos, desmentiu ontem ao PÚBLICO as informações de que o líder da UNITA teria estado naquela quinta.

Segundo foi possível apurar no local, um grupo de pessoas africanas encontra-se de facto, desde o último domingo, nessa quinta que em tempos pertenceu a José Freitas Abelheira, um amigo de Savimbi já falecido e cujo filho, José António Abelheira, foi eleito membro da Assembleia Nacional de Angola pela UNITA. A sua presença deu origem a diversos comentários na freguesia minhota e poderá ter dado azo à especulação de que um dos convidados dos proprietários seria o próprio Savimbi.

A quinta pertence actualmente à viúva de José Freitas Abelheira, que foi comerciante e detentor de grandes propriedades em Luanda, antes da independência, para além de agricultor, produtor de gado, exportador de café e industrial. O seu filho, eleito deputado pela UNITA, esteve detido em Angola, mas vive agora em Portugal, onde é proprietário de uma fábrica nos Carvalhos (Gaia). ■

ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS 26

LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259

PÚBLICO, 23.10.94

Eleições em Moçambique

Os últimos "showmícios"

José Pinto de Sá, em Maputo

A campanha para as primeiras eleições livres em Moçambique chega hoje ao fim. Dhlakama prepara-se, na Beira, para um segundo banho de multidão em menos de 24 horas, enquanto Chissano vai ao estádio de Machava, onde Samora Machel declarou a independência de Moçambique, há 20 anos.

No penúltimo dia da sua campanha, o Presidente Joaquim Chissano propôs ontem em Boane, localidade situada a meia centena de quilómetros do Maputo, a reconciliação nacional e prometeu a reconstrução do país, palavras que deverá voltar a proferir hoje no estádio da Machava.

A Frelimo encerra a campanha com um "showmício" gigante no estádio que é um lugar de referência do partido. Foi ali que Samora Machel proclamou a Independência há 20 anos. É ali que o candidato Chissano e um vasto leque de estrelas da música moçambicana vão fazer os últimos apelos — e as últimas promessas — ao voto dos moçambicanos. Segundo as sondagens, a conquista da soberania continua a ser, para os eleitores, a razão mais forte para votar em Chissano e no seu partido.

Triunfo na Beira

Para concluir a sua maratona, Afonso Dhlakama optou pela Cidade da Beira, onde foi triunfalmente recebido. Tanto foi o calor das boas-vindas que a multidão rebentou as barreiras de segurança para chegar mais perto do candidato. Além de Sofala ser a província natal do líder da Renamo, bem como de muitos dos seus dirigentes, a escolha sublinha as constantes declarações de Dhlakama pela regionalização, muito bem recebidas no Centro e no Norte do país.

Nos últimos dias, o ritmo da campanha acelerou sensivelmente em Maputo, sobretudo nas fileiras da Frelimo. À medida que a corrida eleitoral se aproximava do fim, multiplicaram-se as manifestações públicas do partido governamental. Durante todo o fim-de-semana, camionetas e autocarros carregados de simpatizantes frelimistas percorreram as artérias da cidade, buzinando ruidosamente e distribuindo panfletos e bandeirinhas. Curiosamente, a maioria dos manifestantes são jovens sem idade para votar e os distúrbios mais sérios têm sido provocados por crianças.

No sábado, a breve passagem de Afonso Dhlakama pela capital foi marcada por vários incidentes. Em algumas áreas suburbanas, como no bairro do Choupal, a comitiva do presidente da Renamo foi apedrejada por adeptos da Frelimo, e no populoso mercado de Xipamanine simpatizantes dos dois partidos envolveram-se em cenas de pugilato que a polícia foi chamada a apartar.

Comícios boicotados

Dhlakama já por várias vezes acusou a Frelimo de manipular grupos menores, incluindo garotos da rua e delinquentes juvenis incitando-os a boicotar comícios e desfiles da Renamo. A Frelimo desmentiu formalmente qualquer envolvimento, mas a acusação é partilhada por quase todas as formações políticas da "oposição não armada".

Embora os primeiros actos de violência se tenham registado durante a digressão de Dhlakama pela província nortenha de Nampula, a situação foi bem pior no sul frelimista e, em particular nos círculos eleitorais de Maputo-Cidade e Gaza, região natal de Chissano. A multiplicação dos incidentes levou a Renamo a reduzir a sua campanha naquelas áreas a uma passagem quase simbólica, por considerar não existirem ali condições de segurança para os seus candidatos poderem trabalhar.

Fontes no Quartel-General da Onumoz, em Maputo, manifestaram ao PÚBLICO a sua satisfação com a forma bastante ordeira como decorreu a campanha, contradizendo numerosas previsões pessimistas. Apesar disso, as situações de violência não deixaram de ocorrer, por vezes de forma inesperada.

Na terça-feira, Amália Nhamitambo, esposa do candidato presidencial pelo Partido Social-Liberal (SOL), Casimiro Nhamitambo, começou a fazer campanha pelo marido em plena sala de aulas, no instituto de ensino que frequenta. Uma das suas colegas, certamente opositora política do SOL, chamou-lhe "burra", desencadeando uma violenta discussão. Terminadas as aulas, dona Amália e a sua antagonista prosseguiram a batalha em plena via pública, para gáudio dos numerosos mirones, e o diferendo só foi resolvido com a intervenção de colegas da aguerrida candidata a primeira dama. ■

Fórum da Lusofonia em Lisboa

"Esse grande desígnio"

PÚBLICO, 23.10.94

O MINISTRO dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Durão Barroso, defendeu ontem a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e "esse grande desígnio que é o projecto lusófono". Durão Barroso, que falava durante a apresentação do Congresso da Lusofonia, nas instalações da Feira Internacional de Lisboa, confirmou a realização da Cimeira Luso-Brasileira, em Lisboa, a 27 e 28 de Novembro.

"Gostaríamos que todos os presidentes africanos estivessem aqui na mesma altura", disse o ministro dos Negócios Estrangeiros, acrescentando que se tudo correr conforme o previsto, "quando o Congresso da Lusofonia se reunir, já estará criada no plano institucional a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da qual todos teremos razões para nos orgulharmos. O ministro português recordou depois que, em certa ocasião, numa região remota do Quénia, um grupo de pastores masai quis saber de onde ele vinha: "Disse que era português, falámos de futebol e, claro, o Eusébio foi o nosso traço de união."

Eusébio da Silva Ferreira é um dos quatro elementos do conselho directivo do Fórum da Lusofonia, instituição que pretende organizar entre 15 e 17 de Dezembro, na FIL, um congresso reunindo mil e quinhentas personalidades da vida cultural, política e económica de todos os países de língua portuguesa. Amália Rodrigues (muito aplaudida), os escritores Manuel dos Santos Lima, de Angola, Teixeira de Sousa e Orlanda Amarilis, de Cabo Verde, ou os cantores Waldemar Bastos, Eduardo Paim, Titina e Nill Luz, eram alguns dos rostos conhecidos, entre as várias dezenas de pessoas, brasileiros, africanos e portugueses, que estiveram ontem ao fim da tarde no Centro de Congressos da FIL.

O presidente do Fórum da Lusofonia, professor Esmeraldo de Azevedo, apelou à participação da sociedade civil na construção desta "Casa-Espaço Comum, pluricontinental, multicultural e multirracial, alicerçada nos princípios da paz, concórdia, direitos humanos e democracia".

Fundado em 1993, o Fórum da Lusofonia — Associação de Solidariedade e Cooperação tem como objectivos, entre outros, "a defesa e promoção da língua portuguesa, sem prejuízo da indispensável complementaridade com todos as línguas nacionais". No campo cultural, o programa do Congresso da Lusofonia prevê a discussão de questões como a edição de produções culturais no espaço da língua portuguesa, ou o papel da comunicação social na afirmação da democracia. ■

José Eduardo Agualusa

A democracia esfomeada

Nelson Saúte

PÚBLICO, 24.10.94

Mutarara ensinou-me os limites da desgraça. Aqueles homens — homens e mulheres e crianças e velhos, entenda-se! — confrontados com a ausência de tudo, quando se arrastavam, ao peso das suas sombras, não eram futuros que congeminavam. Talvez esperassem que um dia deixassem de ser fugitivos de si próprios. Mas nunca confiavam no devir. Foi o que compreendi depois de algumas abordagens. Que diálogo poderia encetar? Pensava, perplexo, enquanto um homem me fitava obstinadamente. Aproximei-me dele. Engatilhei a conversa. Ele foi respondendo com os ombros, cansados de carregar o fardo incomensurável que é este mundo. Depois de registar a sua história, entre silêncios e reticências, abalancei-me: quantos anos tem? A resposta atrasou-se, mas o homem condescenderia, mirando o céu, azul em demasia, naquele dia em Tete: "Já não lembra mais!"

É terrível. Quantos moçambicanos perderam a idade no penoso ofício da sobrevivência que a guerra lhes impôs? Indagava-me imaginando o fôlego que já não tinha para mais sete horas de picada, entre minas que ameaçam, a cada instante, a vida na paisagem incinerada. Estávamos no fim do período de recenseamento eleitoral. Dias depois começariam as campanhas... Paradoxalmente, foi em Mutarara que deixei de ser pessimista em relação ao processo moçambicano. Porque naquela andrajosa condição havia lugar para tudo menos para se ser trágico. Aqueles homens — uma vez mais digo: homens e mulheres e crianças e velhos — deixavam-se vestir, como muitos outros, de indigência humana que grassa pelo país. A material pode ser facilmente debelada, mas para a miséria humana haverá alguma remissão possível?

Ao longo de extenuados artigos tenho ostentado os meus dramas intelectuais sobre Moçambique. Agora que acabo de chegar de Mutarara — sei que isto é irónico e sacana, mas é a forma humanamente honesta de contemplar realidade — só o cinismo me poderá salvar. Ou o silêncio. Nada mais. Entre estas duas possibilidades, qualquer outro caminho inexiste.

Como poderia haver com estes líderes que não passam de verdadeiros mentecaptos? É incrível o que dizem os candidatos às presidenciais na procissão que os levará hipoteticamente à Ponta Vermelha? É estranho que quase ninguém tenha propostas decentes senão o incontido sonho de ver nos bolsos o "trust fund" das Nações Unidas? Eu estava enganado porque, ainda que assumidamente crítico, acreditava no futuro. Essa crença é que explicava o meu cepticismo.

Como agora aprendi a olhar para as coisas com o acautelado cinismo, deixemo-nos de dramas porque Moçambique — será melhor dizer África? — é assim mesmo. Estas eleições não trarão um futuro melhor e muito menos democracia. Quem quiser saber de democracias achar-se-á defraudado. Sem razão, como é evidente. Porque não é que os pretos não sejam propensos à democracia. O problema é que actualmente o que está em jogo são outros interesses. E aqui seremos todos sacanas — tanto os moçambicanos como a comunidade internacional que injecta dólares quotidianamente.

Dir-me-ão: lá está o profeta da desgraça! Não é inteiramente verdade, até porque secretamente tenho alguma esperança, ainda que derrotada. Mas penso que é essencial assumir este cinismo, esta atitude edificante. Nem tudo em Moçambique vai mal, graças aos senhores da Sommerchield.

Quando Aldo Ajello abraçar o Presidente eleito — democraticamente, é o desejo de todos! — e apanhar o primeiro avião para Nova Iorque, continuaremos a gerir os mesmos dramas, mas agora acrescidos. Porque a Onumoz deixará sequelas graves. Porque o rio do dinheiro — o milhão de dólares "per diem" que agora recebemos — estará definitivamente seco. Então teremos que construir, democraticamente, o nosso futuro com fome. Para isso estaremos armados até aos dentes. Com pólvora e raiva.

Estas eleições realizam-se essencialmente porque é preciso caucionar um regime "democrático" com quem o Ocidente possa "dialogar". E a preferência, toda a gente suspeita, é a Frelimo que, aliás, já está alcandorada no poder. São as modernas exigências do concerto das nações... De tal sorte que tudo mudará para estar na mesma.

Não obstante, a Renamo está garantida. O que nos devia preocupar é o lugar da oposição dita não armada. Caso ela não consiga eleger deputados, será mau para a democracia caseira. Porque entre os partidos emergentes começam a surgir alguns sinais de uma alternativa séria, futuramente. O maior drama actualmente é a ausência absoluta de alternativas. Tanto uns como outros são medíocres. O voto recairá sobre o menos medíocre?

Os moçambicanos estão aprisionados porque desejam o fim da guerra. Entre os deserdados e os senhores tacitamente se estabeleceu, por conseguinte, o acordo. O povo quer paz? Pois muito bem, mas antes os néscios têm que engordar. Por isso é que qualquer indignação deixa de ser justificável. É preciso, com urgência, que os senhores mergulhem tranquilamente nos seus inenarráveis sofás de veludo, para que os deserdados de Mutarara e todos os outros deste país submerso na orgia profundíssima da indigência humana ululem, mas desta vez de consentida alegria. ■

Últimos acertos para formar governo

PÚBLICO, 25.10.94

CARLOS GRAÇA, indigitado pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe-Partido Social-Democrata (MLSTP-PSD) como futuro chefe do Governo, é recebido hoje pelo Presidente da República, Miguel Trovoada, e calcula-se que o Executivo seja constituído ainda esta semana.

A formação do Governo está assim por dias. Sabe-se que Miguel Trovoada convidou o partido a apresentar três nomes para a chefia do Executivo, o que lhe permitirá exercer o poder de escolha. Porém, um alto dirigente social-democrata declarou que não havia alternativas a Carlos Graça, unanimemente indigitado pelo partido. Falhada a hipótese de coligação com o Partido da Convergência Democrática (PCD) e a Acção Democrática Independente (ADI), o MLSTP-PSD confronta-se com a inevitabilidade da solidão governativa. A participação no Governo do Partido Códo, que não logrou obter o único assento de que dispunha na legislatura anterior, irá apenas suavizar o isolamento dos sociais-democratas, cuja sobrevivência vai depender grandemente do pacto de incidência parlamentar que deverá ser assinado com o PCD.

A necessidade de garantir uma base de sustentação parlamentar ao futuro Executivo tem, aliás, obrigado o MLSTP a desdobrar-se em negociações quer com o PCD até há pouco seu arqui-rival, quer com a ADI. Conscientes da fragilidade da sua bancada na futura assembleia (27 deputados, contra 28 igualmente repartidos entre o PCD e o ADI), os sociais-democratas vão ver-se obrigados a fazer cedências. A decisão de entregar a presidência do Parlamento à oposição (deverá caber ao PCD), foi ontem anunciada pelo MLSTP. A ADI, que viu rejeitada a pretensão de se entregar a pasta da Comunicação Social a um independente, quer apenas como contrapartida a presidência do Parlamento. O MLSTP prefere que os dois pretendentes resolvam a questão entre si.

A atribuição da presidência do Parlamento à oposição confirma o preço a pagar pela viabilização do Governo e mostra quão difícil vai ser para o MLSTP gerir a vitória de 2 de Outubro. Na verdade, o primeiro Governo social-democrata da II República parece condenado a governar apenas enquanto tal lhe for permitido, e há mesmo observadores que lhe vaticinam no máximo um ano de vida. Esta perspectiva poderá, contudo, ser alterada, caso o acordo com o PCD venha a ser executado. Duramente castigado nestas eleições legislativas, o ex-partido no poder tem toda a conveniência em viabilizar e sustentar o Executivo social-democrata, o que lhe permitirá aplicar a sua estratégia de recuperação a médio prazo.

Neste momento estão claramente desenhados os contornos de uma aliança entre as duas forças que, segundo apurámos, já concordaram quanto à criação de um órgão fiscalizador da constitucionalidade e de um conselho de Estado que agruparia os titulares e ex-titulares dos órgãos de soberania, bem como individualidades de idoneidade reconhecida. A necessidade de clarificação dos pontos ambíguos da Constituição terá igualmente sido matéria consensual, tal como a conveniência de se definir os prazos e circunstâncias em que o chefe de Estado pode demitir o Governo. ■

Conceição Lima, em São Tomé

Dhlakama convencido da vitória

PÚBLICO, 25.10.94

Do nosso enviado
Luís Pedro Nunes
na Beira

Num fim de campanha com banhos de multidões em histeria, Dhlakama discursou essencialmente sobre o seu assunto favorito: Dhlakama, homem forte, bonito e sem chifres, que trouxe a democracia e o mais, muito mais que prometeu a gente sem nada. O que é muito. Se ganhar. Coisa que, dizem, ele está mesmo convencido que irá acontecer.

O helicóptero pousa no campo de futebol. A multidão avança sobre o líder da Renamo. Este monta-se numa moto, uma 125 de enduro, sua imagem de marca dos tempos da guerrilha, e a mulher vai atrás. Acelera e arranca. A sua ideia seria chegar ao sítio onde vai discursar. Não consegue. A multidão rodeia-o em histeria. Empurrões de tal forma que podem degenerar em esmagamento. A segurança, desesperada, bruta e boçal "comme il faut", vai distribuindo murros e pontapés aleatoriamente nos que estão extasiados com a visão do líder da Renamo. Afonso Dhlakama está em casa, na Beira, capital da província onde nasceu, em encerramento de campanha eleitoral. Há quem garanta que ele está agora convencido que irá ganhar as eleições presidenciais de Moçambique.

De manhã, o ambiente foi idêntico mas em menor escala. Em Machanga, a hora e quarenta de distância em helicóptero, havia quem já tivesse esperado Dhlakama na quinta-feira passada. O dia todo. E o tivesse esperado no mesmo local na sexta-feira, e no sábado. Dhlakama chegou ontem. "Em Machanga a Frelimo não pisa", dizia um régulo orgulhoso, filho de um dos que em 1953 comandaram a revolta contra o administrador português. O tempo foi de cheia no rio Save e a ajuda alimentar veio da Beira. O administrador quis vender a comida a quem nada tinha e foram protestar. Ele entrou em pânico, chamou a tropa e vieram mil homens que capturaram 58, deportados a seguir para São Tomé. É assim pelo menos que a história vive na memória dos velhos. Para o líder da Renamo tem para oferecer uma pele de chissere, bicho que morre à primeira paulada mas se lhe derem outra volta à vida. "Como as nossas tradições".

Na pequena aldeia de Machanga as pessoas demonstram o seu contentamento dando pequenos gritos vindos do fundo (Uh! Uh! Uh!). Correm meio a dançar, arrastando os pés, e abanando a cabeça. Dhlakama é colocado em cima de um carro de bois que é puxado a grande velocidade. Centenas de pessoas seguem à frente e atrás, cantando e gritando e criando uma enorme nuvem de pó que se mistura com cheiro a suor sob o um implacável sol. De repente surge um "pavilhão" feito de mangueiras, fresco e varrido. Dhlakama vai falar. Como sempre, na terceira pessoa. "Andaram para aí a chorar que o papá Dhlakama não vinha. Pois aqui está papá Dhlakama".

O seu discurso é humorado, simples e demagógico. "O meu programa não é novo, tem 16 anos, já existia quando abandonei a Frelimo e fui para a luta", vai dizendo para depois ele próprio repetir em dialecto local, mas muito mais recheado de trejeitos e sona. "Nós fomos obrigados a ir para luta, tínhamos que criar um braço armado e objectivo não era a guerra, pois os da Frelimo são nossos irmãos, o objectivo era que eles reconhecessem os nossos valores culturais, tradições, costumes. Fomos obrigados e ganhámos". Dhlakama sabe a quem está a falar.

E vai gritando: "Eu quero governar *este país*". Respondem, em coro: "Há-de!" O atraso no programa do dia vai-se acentuando. (Um jornalista sul-africano diz não perceber porque é que Dhlakama se alonga a falar a umas poucas centenas de pessoas quando tem dezenas de milhar à sua espera na Beira. "É de propósito?") "O Dhlakama nasceu no campo, cresceu no campo, mas o Dhlakama será um Presidente moderno, e eu não sei só sentar em gabinete eu sei sentar no chão e comer com as mãos".

Entra então na questão da saúde e desculpabiliza a Renamo e a guerra pelo desastre que são os hospitais. Na educação promete, (para além da melhoria de salários que obviamente acena a todas as classes e profissões e em especial aos polícias), promete "acabar com a cultura comunista na escolas". Na agricultura *Dhlakama fará* com que as produções sejam escoadas. Na religião garante liberdade, "embora o Dhlakama seja católico".

E chega à Frelimo. "A Frelimo é uma capulana velha e capulana velha põe-se no lixo. O Dhlakama quer governar cinco anos, se falhar vocês trocam-me. Ora eles dizem que agora é que querem governar bem. Só agora é que o programa de Chissano é que é bom? Então está a reconhecer que nunca foi bom Presidente. Então é porque o Dhlakama tinha razão". Fala então, e pela primeira vez, nos pequenos partidos. "Vocês também podiam votar neles mas eles são pequenos, não vale a pena". Mais tarde irá mais longe. "Vocês podem votar nos pequenos partidos, está bem, só não votem é na Frelimo".

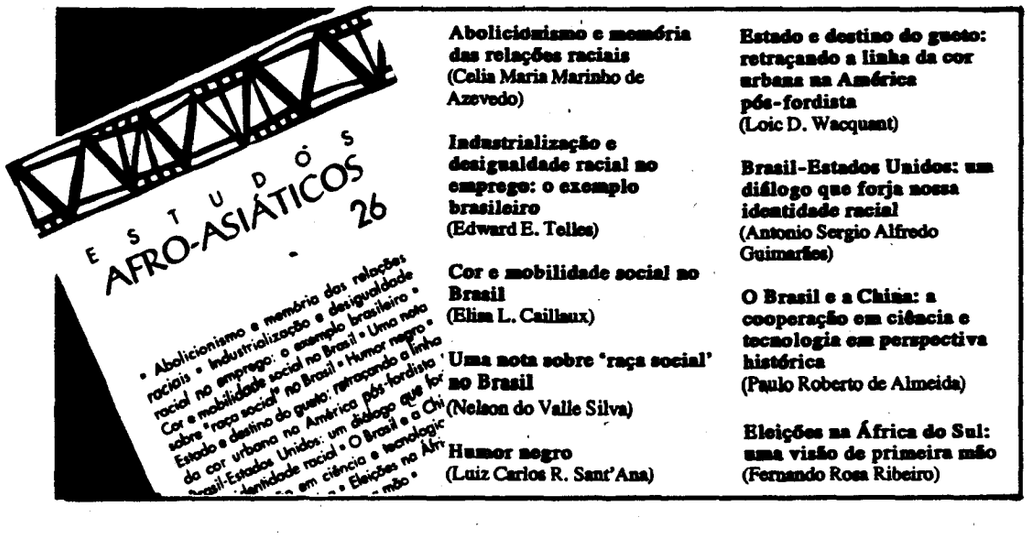
A maior parte dos seus discursos são centrados em si próprio. "Diziam que o Dhlakama era feio e tinha chifres... é mentira! Olhem para o Dhlakama, não é bonito?"

Revelou depois aos jornalistas que iria à noite para Harare para se encontrar com o Presidente Robert Mugabe. Ora Chissano também lá estará hoje. De imediato é-lhe perguntado se se iria encontrar com o rival. Responde brusco que não e recusa-se a revelar o que o leva ao Zimbabwe.

Segue então para Nhamatanda onde dá mais um pequeno comício e se atrasa mais. Finalmente Beira. A multidão rondará as 50 mil pessoas. O ambiente é de histeria colectiva. No estádio do Ferroviário do Manga, o número um ao parlamento, Raul Domingos, é o primeiro a falar. "Diziam que eu ia deixar a Renamo... estou aqui!"

Na Beira, o candidato da Renamo é mais violento e chega mesmo a chamar corrupto a Joaquim Chissano. A multidão está nas mãos de Dhlakama, que a vai manipulando. "A Frelimo são as guias de marcha, a Frelimo são os campos de reeducação, a Frelimo são... ajudem-me!" E as pessoas vão gritando "ninjas, tira-camisa" e Dhlakama vai dizendo "Sim! Isso! a Frelimo são ninjas, a Frelimo são tira-camisas".

E Dhlakama regressa a Dhlakama. "Eu não tenho medo, eu sou o homem mais forte do país, não é? — Éééé — Se eu não tivesse qualidades teria aceite a amnistia de 1988, o Dhlakama tem todas, todas as qualidades para ser Presidente. Votem em mim!" Estava a acabar. Foi a última cartada. ■



Última conferência do Presidente candidato

"A Frelimo é um partido de mudança"

PÚBLICO, 25.10.9

"PARA nós, os 'ismos' têm pouca importância. O que tem mais importância é o conteúdo." Joaquim Chissano ontem, na sua derradeira conferência de imprensa, que serviu para muitos como a entrevista pedida que não obtiveram. Excertos.

PERGUNTA — Disse que sentiu um forte apoio à sua pessoa durante a campanha eleitoral. Sente que o apoio que lhe é dirigido a si é superior ao que é dado ao seu partido?

JOAQUIM CHISSANO — Eu próprio fiz essa pergunta a populares: se valia a pena eu continuar nesta corrida, se não tinham mudado de ideia... Eles respondiam que sim, que valia a pena. E eu perguntava: 'E a Frelimo?' E a resposta era: 'É a mesma coisa'. Em muitíssimos casos existe uma identificação do partido através do líder. Eles apoiam o partido de Chissano, o partido Frelimo. Mas também encontrei muitos casos em que eles me identificam como um produto do partido Frelimo. O partido Frelimo está no coração da grande maioria da nossa população. Foi o partido Frelimo que proclamou a independência. Mas talvez tenha razão, porque de facto no nosso país ainda existe muito o sentimento de uma personificação num ideário, num indivíduo. Isto não significa a inferiorização do partido. Isto é uma questão que eu posso julgar como cultural.

P. — Nos últimos anos de história da Frelimo assistiu-se a uma mudança de ideologia do marxismo-leninismo para o socialismo democrático. Ultimamente, nos seus discursos de campanha, o socialismo tem estado arredado e até o próprio aniversário da morte de Samora Machel passou despercebido, no dia 19. Pode ver-se nisto mais uma mudança ideológica?

R. — Ainda bem que reconhece que o partido Frelimo é um partido de mudança. O partido Frelimo realmente é conhecido por uma evolução constante, desde a sua criação. É uma evolução voluntária, porque nós estudamos a realidade de Moçambique e a realidade do mundo e vamos actuando em conformidade, em benefício do nosso país. Para nós os 'ismos' têm pouca importância, o que tem mais importância é o conteúdo. Quanto ao Presidente Samora Machel: no dia 19 de Outubro eu estive sucessivamente nos distritos de Chibuto, Gujá e Chokwé [em campanha eleitoral]. Nos três lugares o ponto fulcral foi a comemoração do dia 19 de Outubro como dia da morte de Samora Machel e das outras vítimas [do desastre aéreo] de Mbuzini. Observámos um minuto de silêncio. Mas eu devia esclarecer que 19 de Outubro é um dia em que amigos e familiares de Samora Machel, ou quem quiser, realmente realizam as cerimónias para o homenagear, e tem-se feito isso. Mas nós temos um Dia dos Heróis Moçambicanos, que é o 3 de Fevereiro [data da morte de Mondlane].

P. — Ainda subsistem pressões da comunidade internacional com vista à formação de um Governo de unidade nacional depois das eleições?

R. — Sinto que as pressões para a formação de um Governo de unidade nacional já estão bastante aliviadas, se é que ainda existem. Os pronunciamentos de vários diplomatas indicam que a tendência hoje é de deixar os moçambicanos decidirem livremente sobre o seu futuro. O que eles esperam é que haja estabilidade política no país. Nós esclarecemos muito bem que um Governo que envolve vários partidos não é necessariamente garante da estabilidade política.

P. — O encontro que vai manter terça-feira [hoje] em Harare com os seus colegas da Linha da Frente destina-se a debater a questão do Governo de unidade nacional?

R. — Este é o encontro que nós desejámos ter antes das eleições para darmos a conhecer o ponto da situação em Moçambique e os preparativos das eleições. Queremos que a coordenação política nos países da Linha da Frente continue. Eles devem ter a capacidade de seguir, de acompanhar o que se passa. Temos estado a informar, unilateralmente ou bilateralmente, vários chefes de Estado e chegou-se à conclusão que seria bom termos uma reunião para se dar uma informação geral, porque há muitas especulações, muitas informações nos 'mass media' que podem criar certas confusões. Querem esclarecimentos. Portanto nós vamos lá para eles ouvirem de nós como é que avaliamos a situação.

P. — Está preocupado que a Renamo esteja a criar um clima propício para declarar os resultados das eleições fraudulentos?

R. — A Renamo está a tentar criar um pretexto para justificar os maus resultados nestas eleições, para o seu movimento e para o seu líder. Eu não acredito que eles vão ao ponto de criar problemas depois das eleições, mesmo se inicialmente levantarem objecções. ■

Apelos à aceitação dos resultados

PÚBLICO, 25.10.94

DE HARARE a Lisboa, choveram ontem apelos para que todas as partes aceitem de bom grado os resultados das eleições presidenciais e legislativas moçambicanas de amanhã e depois, de modo a que haja mais paz e estabilidade em toda a África Austral.

Reunida em Harare uma cimeira de 11 países da região, o Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, que esteve exilado em Moçambique antes dos acordos de Lancaster House que possibilitaram a independência da antiga Rodésia, pediu à Frelimo e à Renamo que aceitem os resultados e avancem para a "reconciliação nacional, reconstrução e desenvolvimento".

Segundo analistas citados pela Reuter, o Conselho de Desenvolvimento da África Austral, que congrega os países situados a sul do Zaire e dos Grandes Lagos, aproveitou a oportunidade para incitar Chissano, como outras instâncias já o têm feito, a formar após as eleições desta semana um Governo de Unidade Nacional em que haja lugar para o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

A generalidade das chancelarias da parte austral de África, a começar por Pretória, crê que Joaquim Chissano e a Frelimo poderão ser os vencedores do escrutínio, se bem que a Renamo deva ficar bem acima daquilo que muitos imaginariam há alguns meses.

Dhlakama estava ontem em Harare e deveria ser recebido pelo Presidente Mugabe depois de terminada a cimeira do Conselho de Desenvolvimento, que absorveu o antigo alinhamento político regional designado por Linha da Frente, e cujo principal objectivo nos últimos anos era garantir o desmantelamento do apartheid.

Em Lisboa, o Movimento para a Paz e Democracia em Moçambique, presidido por António Rebelo de Sousa, velho amigo de Afonso Dhlakhama, considerou "estarem criadas as condições necessárias a que as eleições se apresentem, globalmente, justas". E lançou um apelo veemente aos partidos políticos que as disputam "para que evitem situações como as que ocorreram em Angola, procurando dar provas de respeitar os resultados eleitorais".

Toda a comunidade internacional parece pois mobilizar-se para empurrar as duas partes do antigo conflito a entenderem-se, no espírito do Acordo de Paz há dois anos assinado em Roma, e a trabalharem em conjunto pela recuperação do país. ■

Beye ultima paz angolana

ALIOUNE Blondin Beye, representante especial do secretário-geral da ONU para o processo angolano, encontra-se numa autêntica roda viva entre Luanda e o Huambo, antes de amanhã à noite voltar a Lusaca, para o recomeço das conversações e eventual rubrica do protocolo que resume todo um ano de trabalho. As Nações Unidas pretendem que se defina o futuro estatuto de Jonas Savimbi, que se acertem os pormenores de um cessar-fogo global na guerra reatada em 1992 e que se calendarize tudo para que em Novembro seja possível assinar formalmente um acordo geral de paz. O texto que ora recebe os retoques finais é uma versão revista e actualizada do que em Maio de 1991 foi firmado em Portugal pelo Presidente José Eduardo dos Santos e por Savimbi, na presença do primeiro-ministro Cavaco Silva. ■ PÚBLICO, 25.10.94

Chissano dançou o xigubo

PÚBLICO, 25.10.94

José Pinto de Sá
em Maputo

Joaquim Chissano alcançou ontem na capital do país o maior sucesso da sua campanha, aclamado por 70 mil pessoas na grande festa frelimista no estádio da Machava. Contagiado pela multidão, em delírio, o candidato até dançou o xigubo, a dança guerreira dos seus antepassados. Agora, são os eleitores que têm a palavra.

O estádio da Machava foi pequeno para conter a multidão que encheu por completo o recinto onde Samora Machel proclamou a independência há 20 anos. Desde manhã cedo, a pé, de camião, de autocarro e de comboio, os maputenses começaram a afluir em vagas para conseguirem lugar numa festa anunciada.

Muitos envergavam bizarros trajes, compostos pelos vários brindes que a Frelimo distribuiu aos milhões durante a campanha. Enrolados em lenços, T-shirts e bonés, polvilhados de todos os tipos de "badges" e auto-colantes, os mais novos improvisavam um verdadeiro carnaval. O "showmício" começou às nove horas e prolongou-se por todo o dia, sucedendo-se no palco numerosos artistas, nacionais e estrangeiros, que fizeram dançar toda a gente depois do discurso.

Chissano tirou o casaco e a gravata e arregaçou as mangas antes de atacar o improviso, marcadamente reconciliatório e dirigido, muito em particular, aos jovens. Durante a campanha, a juventude de Maputo revelou uma clara preferência pela Frelimo, constituindo o seu principal suporte em todas as manifestações. O candidato retribuiu com ênfase: "Viva a juventude!" Multidão: "Viva!!"

O discurso de encerramento foi provavelmente o menos ofensivo da campanha e visivelmente o mais eficaz. Chissano falou muito da paz e da reconciliação nacional, e exortou os jovens a respeitarem a democracia. "Eu prometo que ouvirei sempre a oposição".

Ao fim de alguns minutos, Chissano interrompe o discurso e dá lugar à música. Aos primeiros acordes, milhares de vozes juntam-se à gravação, retomando em coro a melodia abrasileirada: "Vota por um futuro melhor/e tu sabes quem é o melhor..."

Bandeirinhas

Joaquim Chissano retoma a palavra, desta vez em changana, o seu dialecto natal. O público delira e agita as bandeirinhas amarelas com o tambor e a maçaroca, os símbolos da campanha da Frelimo. A certa altura, outra vez a música: "Vota por um futuro melhor / e tu sabes quem é o melhor".

Toda a agente canta, toda a gente se balança. O presidente-candidato recomeça o discurso em voz rouca, acusando o desgaste de trinta e três dias de campanha, mas visivelmente satisfeito com o êxito da capital. Entusiasma-se e começa a cantar. O público acompanha-o em coro. Encorajado, Chissano põe-se a dançar o xigubo, a dança guerreira dos seus antepassados. Surpreendidos por um Chissano tão exuberante, fotógrafos e operadores de câmera de todo o mundo acotovelam-se à sua volta, empurrando-se para fora do palco, para gáudio da assistência que bate palmas e ri às gargalhadas.

O candidato Joaquim Chissano deixou o estádio em triunfo, de pé num carro aberto, e foi aclamado a caminho da cidade, que ontem se vestiu literalmente com as cores da Frelimo.

Ontem, na Machava, toda a gente acreditava na vitória da Frelimo. De facto, em Maputo-cidade, é bastante seguro prever uma vitória arrasadora de Chissano e do seu partido. Nos outros círculos eleitorais do sul (Maputo-província, Gaza e Inhambane) também é de prever que a Frelimo ganhe por larga maioria. Contudo, os quatro círculos juntos elegem apenas 65 dos 250 deputados. Nampula, que por si só elege 53, acolheu calorosamente o seu rival, Afonso Dhlakama. O modo como foi recebido na Zambézia e nas províncias do centro, onde joga praticamente em casa, indiciam também bons resultados para o líder da Renamo.

Mas em Moçambique é loucura arriscar prognósticos e Chissano, sempre cauteloso, sabe isso, embora ontem, na Machava, se tenha sentido certamente mais perto da vitória. ■

Pena de morte pedida no Cabo para os assassinos de Amy Biehl

PÚBLICO, 26.10.94

O SUPREMO Tribunal da África do Sul, na Cidade do Cabo, considerou ontem culpados os três jovens negros acusados do assassínio da estudante norte-americana Amy Biehl, em Agosto do ano passado. A acusação pediu a pena de morte por enforcamento para os autores do que classificam como "assassínio racista".

"Ela foi morta porque era branca e porque foi vista como se de um colono se tratasse", disse o promotor público, Nollie Niehaus, ao Supremo Tribunal. E acrescentou que "a sentença de morte é apropriada neste caso".

Só esta tarde será divulgado o veredicto em que o juiz [branco] Gerald Friedman, conforme prevê a lei sul-africana, foi assistido por dois advogados, designados como seus "assessores": a [também branca] Jolyon Knoll e Charles Goredema [negra].

Ao declarar culpados os três jovens, Friedman afirmou que "o Estado provou, sem deixar margens para dúvida, que houve a intenção de matar a jovem Biehl e que os três suspeitos participaram no ataque".

O promotor Nollie Niehaus afirmou que o gabinete do Procurador-Geral aprovou o pedido de sentença de pena de morte depois de prolongada discussão.

O juiz questionou o pedido de sentença de morte para um assassínio racista, relembrando a libertação, em 1992, de um branco que matou oito negros em Pretória, em Novembro de 1988. Niehaus retorquiu que "se o tribunal não está preparado para impor a pena de morte, então o Estado pede um período de prisão de longa duração para os acusados". O advogado de defesa, Justice Poswa, pediu uma pena menos pesada apelando para "as condições económicas e sociais dos acusados".

Gerald Friedman leu a maior parte das suas conclusões, descrevendo os últimos momentos da vida de Amy Biehl em pormenor e sintetizando os depoimentos de seis testemunhas que afirmaram ter visto um grupo de jovens negros a esfaquear, até à morte, a estudante e bolseira da Fundação Fulbright a 25 de Agosto de 1993, em Guguletu, subúrbio do Cabo.

Segundo as testemunhas, Mongezi Manqina, de 22 anos, Msikhona Nofemela, de 19, e Vusumzi Ntamo, de 23, membros da Organização Juvenil do radical Congresso Pan-Africano, que se declararam inocentes das acusações de assassínio, violência pública e assalto, gritaram a palavra de ordem dos jovens radicais negros "um colono, uma bala" enquanto perpetravam o crime.

Biehl, de 26 anos, que estava na África do Sul a fazer uma pesquisa sobre os direitos das mulheres e a ajudar nos programas de educação do eleitorado realizados no âmbito das eleições, foi morta dois dias antes da data prevista para o seu regresso a casa em Newport Beach, na Califórnia.

Duas mulheres, que testemunharam mediante garantia de anonimato, disseram que viram Manqina e Nofemela a esfaquear Biehl, caída na relva perto de uma estação de gasolina para onde fugira à procura de ajuda, depois de uma mulher a rasteirar. Alegadamente, foi nessa altura que foi morta à facada e com um tijolo. ■

AFP e Reuter

As acusações cruzadas entre Chissano e Dhlakama

Os escândalos da campanha

PÚBLICO, 26.10.94

A CAMPANHA eleitoral moçambicana, embora tenha decorrido em clima de relativa calma, foi ocasião para trocas de acusações entre as partes, que lavaram em público muita roupa suja.

O mais mediatizado dos escândalos foi criado pela divulgação de um relatório confidencial sobre técnicas de campanha advogando a prática de várias irregularidades. O relatório referia-se a uma reunião que teria sido realizada em princípios de Outubro entre um assessor da empresa brasileira Vox Populi e o chefe da campanha do Presidente Chissano, o ministro sem pasta Mariano Matsinha.

No documento, divulgado em fac-simile pelo diário "Imparcial", de Maputo, defendia-se que a campanha não deveria "fazer distinção entre o candidato presidencial e o Presidente da República".

Segundo o relatório, essa "duplicidade" permitiria também "um maior apoio logístico à campanha do Presidente", cujas deslocações iriam "funcionar como se fossem oficiais". O relatório recomendava que o estatuto presidencial fosse utilizado para obter "tolerâncias de pontos", libertando trabalhadores e estudantes, a quem se deveria ainda "sugerir discretamente" a presença nos comícios.

A publicação do relatório levantou de imediato enorme celeuma. Em comunicado, a Frelimo afirmava há uma semana que eram tudo mentiras, garantia desconhecer "em absoluto a existência de

Marcelino dos Santos

um tal 'relatório' e aproveitava "a ocasião para informar que, em duas ocasiões, os escritórios da Vox Populi foram assaltados" e que entre os bens roubados se incluía papel timbrado da empresa.

Afonso Dhlakama levantou a questão numa reunião que manteve sábado em Maputo com um grupo de embaixadores e com Aldo Ajello, o representante da ONU em Moçambique. No fim do encontro, Ajello manifestou-se convencido de que o relatório era "claramente falso", mas prometeu conduzir um inquérito.

Ao falar segunda-feira em conferência de imprensa, Joaquim Chissano declarou: "Não sei o que se passou, mas posso reiterar que o documento que está a circular por aí é falso e já foi provado que é falso".

O director do "Imparcial", Miguéis Lopes Júnior, repetiu terça-feira ao PÚBLICO estar convencido da autenticidade do relatório, que afirma ter recebido de um elemento ligado à campanha da Frelimo.

Corrupção sexual

Não é só Chissano que é acusado de comportamento duvidoso. O seu rival, Afonso Dhlakama, também já foi considerado "autocrata", "demónio antipatriótico" e "corrupto sexual". Dissidentes da Liga da Juventude da Renamo afirmaram durante uma bombástica conferência de imprensa em Maputo que Dhlakama enviou quadros do seu partido em missão para locais afastados a fim de lhes seduzir as esposas.

A acusação foi formulada pelo ex-chefe da Liga, Salomão Muchanga, que forneceu nomes de maridos vitimados. Sem aludir especificamente ao assunto, o presidente da Renamo considerou a conferência de imprensa uma farsa montada pela Frelimo e descreveu Muchanga como "um miúdo" a quem, "de vez em quando, dava duzentos dólares".

Além da Renamo, também a União Nacional Moçambicana estaria minada pela imoralidade dos seus líderes, segundo um grupo de militantes citados pelo semanário "Domingo". Acusam dirigentes da Unamo de "passarem o tempo a esbanjar dinheiro do partido na Feira Popular de Maputo, na companhia de mulheres, enquanto brigadistas responsáveis pela campanha eleitoral são obrigados a percorrer longas distâncias a pé e sem dinheiro".

Segredos expostos

A Unamo é classificada pela Renamo como uma criação da Frelimo, que, por sua vez, acusa a Renamo de ser uma criação da antiga Rodésia. Marcelino dos Santos, que é conotado com a ala mais intransigente da Frelimo, costuma empunhar uma cassete vídeo durante os seus discursos de campanha, afirmando que ela encerra as provas indesmentíveis de que a Renamo é uma mera invenção dos serviços secretos rodesianos. Marcelino também já exibiu a cassete na Assembleia da República.

O veterano dirigente da Frelimo, que ocupou o segundo lugar na hierarquia do partido durante muitos anos, foi recentemente acusado de ter ordenado o assassinato de uma juíza que contrariara uma vontade sua. A acusação foi formulada por Wehia Ripua, ex-combatente da Frelimo e candidato às eleições presidenciais, que não tardou a receber o troco na mesma moeda.

Pouco depois, Ripua foi, por sua vez, acusado de ter ordenado o fuzilamento sumário de um guerrilheiro numa base da Frelimo que comandou durante a guerra colonial. A alegação consta de uma carta de leitor publicada pelo semanário "Savana", com todos os nomes, lugares e datas. Tal como a acusação contra Marcelino, esta também ficou por responder.

Ripua, que é famoso pelas suas diatribes racistas contra "os monhés", não fez amigos na campanha. Durante um debate televisivo, uma senhora telefonou para o estúdio e aconselhou-o a ir "aprender português" antes de se candidatar à Presidência. Sempre irascível, Ripua zangou-se e insultou a telespectadora, aos berros, em directo, no canal estatal. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Oposição guineense aceita Saturnino

O PRESIDENTE da Guiné-Bissau, Nino Vieira, recebe na sexta-feira os partidos da oposição, para lhes comunicar oficialmente a escolha de Saturnino Costa para a chefia do Governo que saiu das legislativas de Julho. Saturnino Costa era secretário-geral do Conselho Nacional do PAIGC, o mais votado nas eleições, e a sua nomeação, anunciada na terça-feira, foi bem recebida por toda a oposição. Para o Partido da Renovação Social, de Kumba Ialá, Saturnino Costa é um "homem de diálogo". Já o Movimento Bafatá espera que o novo primeiro-ministro tenha "coragem para enfrentar" Nino Vieira. "É isso que nós esperamos, a oposição", disse um seu representante. ■

PÚBLICO, 27.10.94

Dhlakama recolhe apoio na "oposição não-armada"

Primeiras alianças

PÚBLICO, 27.10.94

CONFRONTADOS COM a realidade da bipolarização, os pequenos partidos começam a esboçar alianças eleitorais. Até ao momento, a "oposição não-armada" parece mais inclinada para Dhlakama, que já recebeu duas propostas de apoio.

O presidente do Partido de Convenção Nacional, Martinho Lutero Simango, anunciou quinta-feira passada a sua intenção de apoiar a candidatura presidencial de Afonso Dhlakama. Idêntica posição fora anteriormente manifestada pelo Partido Trabalhista, a pequena formação política liderada por Miguel Mabote.

"É sabido que nas presentes eleições somente há dois candidatos principais e, assim sendo, se o senhor Dhlakama aceita fazer a revisão da constituição e garantir a separação de poderes, ele poderá ter todo o meu apoio", disse Lutero Simango. Para o líder do PCN "em Moçambique tem de haver mudanças e estas não podem, de forma alguma, ser através de Joaquim Chissano, porque ele não pode garanti-las".

Reconhecido por um destacado dirigente da Frelimo como "o partido do futuro", o PCN concorre às legislativas em todos os 11 círculos eleitorais do país, mas não apresenta candidato às presidenciais. O Partido Trabalhista, que também não tem candidato próprio à Presidência da República, já anunciara a intenção de apoiar Dhlakama. A maioria dos restantes partidos da "oposição não-armada" apresenta candidatos presidenciais e só depois do escrutínio deverá pronunciar-se sobre alianças em caso de segundo sufrágio.

Defendendo insistentemente a criação de um governo de unidade nacional depois das eleições, Afonso Dhlakama grangeou simpatias entre os pequenos partidos, incluindo alguns que lhe eram à partida adversos. Com poucas esperanças de ultrapassarem a "barreira dos cinco por cento" e assim garantirem a sua presença no futuro Parlamento de Maputo, as hipóteses de sobrevivência dos pequenos partidos dependem muito da sua presença no próximo Governo.

Por outro lado, a concorrência de frequentes actos de intimidação e violência atribuídos a militantes da Frelimo também contribuiu para aproximar a "oposição não-armada" de Afonso Dhlakama. As acções de boicote por simpatizantes da Frelimo aos comícios do PCN levaram o partido a queixar-se oficialmente à Comissão Nacional de Eleições. A direcção do partido viu-se forçada, na altura, a emitir uma circular recomendando calma aos seus militantes, muitos dos quais eram favoráveis a uma resposta "pela mesma moeda".

O Partido Trabalhista também se ressentiu do "mau comportamento" da Frelimo durante a campanha. O general Sebastião Mabote, cabeça de lista da Frelimo por Gaza, personalizou violentas críticas ao líder trabalhista, Miguel Mabote, de que é tio. Em campanha em Gaza, província natal de ambos, o veterano dirigente frelimista tratou o dirigente do PT como "um miúdo" e negou-lhe legitimidade para se apresentar como "filho da terra", invocando "direitos de sangue" que ainda pesam muito na sociedade rural em Moçambique. ■ J.P.S.

Catorze ao assalto da Assembleia

PÚBLICO, 27.10.94

CATORZE SIGLAS concorrem às eleições legislativas, disputando os 250 assentos da futura Assembleia da República, o primeiro parlamento multipartidário na História de Moçambique:

Aliança Patriótica (AP)

CONSTITUÍDA há dois meses, esta aliança reúne o veterano Movimento Nacionalista Moçambicano e a juvenil Frente de Acção Patriótica. É presidida, em directório, pelos respectivos líderes, Máximo Dias e Carlos Palaço.

Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo)

FUNDADA em 1962, governa desde a independência, há 19 anos, em regime de partido único. Sob a presidência de Joaquim Chissano, abandonou o marxismo-leninismo em 1992 e aderiu à Internacional Socialista.

Frente Unida de Moçambique (Fumo)

A FORMAÇÃO de Domingos Arouca, uma das mais importantes da "oposição não-armada", defende, desde a sua fundação em 1976, os ideais da democracia-cristã.

Partido de Convenção Nacional (PCN)

CONCORRE em todos os 11 círculos mas não apoia qualquer candidatura às presidenciais. Fundado em 1990 e presidido por Martinho Lutero Simango, o PCN dedica particular atenção à situação dos direitos humanos.

Partido da Convergência Democrática (Pacode)

PRESIDIDO por Vasco Campira, fundador da Frelimo e dissidente em 1974, o Pacode nasceu de uma cisão ocorrida há 19 meses no PCN.

Partido Democrático de Moçambique (Pademo)

DEFENSOR do federalismo, o Pademo foi fundado há três anos por outro ex-guerrilheiro da Frelimo, Wehia Ripua, famoso pelas suas declarações racistas.

Partido Independente de Moçambique (Pimo)

O SEU LÍDER carismático, Ya-Qub Sibindy, nega que se trate de um movimento islâmico e descreve o seu partido, fundado há 20 meses, como simplesmente "religioso". Só concorre em dez círculos.

Partido do Progresso do Povo Moçambicano (PPPM)

DIRIGIDO pelo velho makonde Padimbe Kamati, o PPPM, de inspiração federalista, foi fundado há 35 anos mas permaneceu até há poucos meses em total obscuridade.

Partido da Renovação Democrática (PRD)

LIDERADO pelo federalista Maneca Daniel, o PRD é um partido de formação recente, e não apresentará candidatos em todos os círculos, deixando de fora Tete e Gaza.

Partido Social-Liberal e Democrático (Sol)

NASCIDO DE uma cisão ocorrida em 1991 na Palmo (ver adiante), o Sol é dirigido por Casimiro Nhamitambo e apoia a criação de um governo de unidade nacional

Partido Trabalhista (PT)

CRIADO apenas há um ano por Miguel Mabote, sobrinho do velho general da Frelimo, o PT propõe-se defender a justiça social.

Resistência Nacional Moçambicana (Renamo)

DESDE A sua fundação, em 1977, combateu o regime de partido único da Frelimo. É presidida por Afonso Dhlakama, que subscreveu com a Frelimo o Acordo Geral de Paz, assinado em Roma há dois anos.

União Democrática (UD)

FORMADA em Agosto e dirigida por António Palange, esta coligação reúne os partidos nacional (Panamo), democrático-liberal (Palmo) e nacional-democrático (Panade).

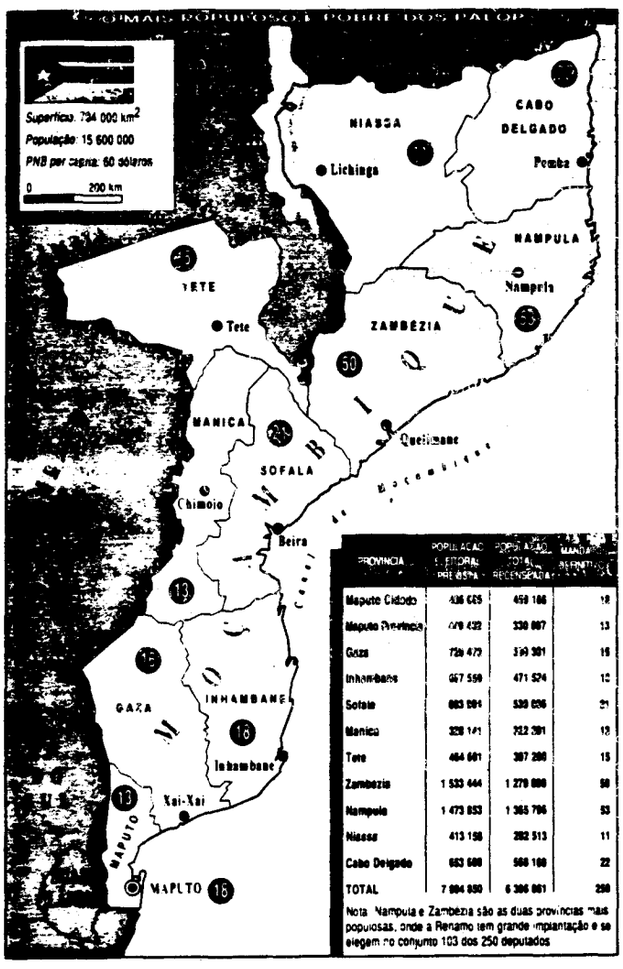
União Nacional Moçambicana (Unamo)

FUNDADA em 1987 pelo político zambeziano Carlos Reis, defende a criação de um Estado Federal. Apresenta candidatos em apenas dez dos 11 círculos eleitorais. ■ J.P.S.

Moçambique, dia um?

Do nosso enviado
Luís Pedro Nunes, em Maputo

PÚBLICO, 27.10.94



PROVÍNCIA	POPULAÇÃO ELEITORAL PRESENTE	POPULAÇÃO TOTAL RECENSEADA	MANDATOS ASSEMBLEIA
Maputo Cidade	436 625	459 166	18
Maputo Província	309 432	330 807	13
Gaza	726 479	399 381	16
Inhambane	467 559	471 524	12
Sofala	883 994	539 056	21
Manica	329 141	312 391	12
Tete	464 661	387 280	15
Zambézia	1 533 444	1 279 886	50
Nampula	1 473 853	1 365 796	53
Niassa	413 158	282 513	11
Cabo Delgado	653 668	568 188	22
TOTAL	7 894 880	6 396 661	250

Nota: Nampula e Zambézia são as duas províncias mais populosas, onde a Renamo tem grande implantação e se elegem no conjunto 103 dos 250 deputados

20 anos de independência

7 DE SETEMBRO DE 1974 — As autoridades portuguesas e a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) assinam em Lusaca os acordos conducentes à Independência.

25 DE JUNHO DE 1975 — Proclamação da Independência, com Samora Machel na Presidência.

MARÇO DE 1976 — Moçambique encerra as suas fronteiras com a Rodésia, em apoio aos nacionalistas zimbabweanos.

5 DE JANEIRO DE 1977 — Fundação da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo).

17 DE OUTUBRO DE 1977 — Morte em combate de André Matsangaissa, primeiro presidente da Renamo. Sucede-lhe Afonso Dhlakama.

MARÇO DE 1980 — Face ao colapso do regime rodesiano, a África do Sul assume a retaguarda logística da Renamo. A guerra civil intensifica-se.

1982 — O Zimbabwe envia tropas para proteger o Corredor da Beira, vital para a sua economia. A seca provoca fome nas províncias centrais.

JANEIRO DE 1983 — O Governo moçambicano formula o seu primeiro pedido de ajuda militar.

16 DE MARÇO DE 1984 — Moçambique assina com a África do Sul os acordos de Nkomati, pelos quais se comprometem a cessar os respectivos apoios ao ANC e à Renamo.

SETEMBRO DE 1984 — Moçambique adere ao FMI e ao Banco Mundial, quando a guerra civil se estende já por todo o país.

19 DE OUTUBRO DE 1986 — O Presidente Samora Machel morre num acidente de aviação. Sucede-lhe, no mês seguinte, Joaquim Chissano.

JULHO DE 1987 — O programa de reabilitação económica delineado pelo Banco Mundial recebe o apoio dos doadores internacionais.

FEVEREIRO DE 1988 — Bispos católicos e anglicanos de Moçambique realizam primeiros contactos de paz com a Renamo, no Quénia.

JULHO DE 1989 — Frelimo abandona orientação marxista-leninista.

8 DE JULHO DE 1990 — Primeira ronda de conversações directas entre o Governo e a Renamo.

30 DE NOVEMBRO DE 1990 — A Assembleia da República aprova a nova Constituição multipartidária.

4 DE OUTUBRO DE 1992 — Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama assinam em Roma o Acordo Geral de Paz.

15 DE OUTUBRO DE 1992 — O cessar-fogo entra em vigor. Chega a Maputo o enviado especial do secretário-geral da ONU, Aldo Ajello.

15 DE DEZEMBRO DE 1992 — Os doadores prometem 396 milhões de dólares para assistência humanitária e eleitoral a Moçambique.

16 DE DEZEMBRO DE 1992 — O Conselho de Segurança da ONU aprova a proposta de Butros-Ghali para criar a Operação das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz).

14 DE FEVEREIRO DE 1993 — O comandante da força da Onumoz, general Lélio Gonçalves, assume funções.

1 DE ABRIL DE 1993 — O primeiro contingente de "capacetes azuis" entra em operação, assegurando a paz no Corredor da Beira.

29 DE JULHO DE 1993 — Início da conferência multipartidária para debate do anteprojecto de Lei Eleitoral.

20 DE AGOSTO DE 1993 — Afonso Dhlakama chega a Maputo para conversações directas com o Presidente Chissano.

17 DE OUTUBRO DE 1993 — Butros-Ghali vai a Moçambique para agilizar o processo de paz.

30 DE NOVEMBRO DE 1993 — Início do acantonamento das tropas do governo e da Renamo.

10 DE MARÇO DE 1994 — Início da desmobilização das tropas acantonadas.

26 DE MAIO DE 1994 — Reunida em Xai-Xai, a oposição não consegue viabilizar uma candidatura unitária.

1 DE JUNHO DE 1994 — Início do recenseamento eleitoral.

16-20 DE AGOSTO DE 1994 — Extinção das forças armadas do Governo e da Renamo.

22 DE SETEMBRO DE 1994 — Início da campanha eleitoral.

27 E 28 DE OUTUBRO DE 1994 — Eleições presidenciais e legislativas. ■ **J.P.S.**

É hoje. Após 500 anos de colonialismo, quase 30 de guerra e mais de 19 de regime de partido único, os moçambicanos têm a oportunidade de escolher o seu próprio destino, elegendo o Presidente e o Parlamento. Mesmo com todas as nuvens negras — boicote dos desmobilizados, das mesas de votação, os perigos todos — votar vai ser "do caraças".

Não deixa de ser uma coisa extraordinária. "Tenho 46 anos e é a primeira vez que vou votar em toda a minha vida... Isto é do caraças!" J. M. não é propriamente um deslumbrado e viveu muitos anos em países em que votar, para além de ser um acto banalíssimo, já não levanta a mínima dúvida quanto ao seu procedimento. J. M. também não tem dúvidas. Hoje vai mandar um empregado esperar na bicha por ele, para votar numa das mesas de voto de Maputo. E ri-se, o gozão.

Na Beira, M. também tem anos de vida em visitas ao estrangeiro e diz conhecer toda a mecânica do processo de votação. Mas deixa descair uma. "Depois entrega-se na mesa o cartão de recenseamento, eles ficam com o cartão." Não ficam. Não, não ficam. "O pior vai ser ficar com a tinta negra no dedo durante 72 horas", diz a brincar. Pois é: vai-se saber quem são os abstencionistas apenas pela observação descuidada do indicador da mão direita. Todos têm de sujar o dito. E, por outro lado, difícil explicar-lhe a suposta justeza do método de Hondt.

Em Tete, numa praia do rio Zambeze, um jovem passou com uma "t-shirt" de propaganda de Máximo Dias, que é de origem indiana, e a camisola com a cara do candidato já estava meio desbotada. Um homem, deitado na areia, grita: "O quê? Há um candidato branco?" Não, não há. Muita, muita gente, conhece apenas a cara de dois dos presidenciáveis: Chissano e Dhlakama. Os outros dez, quem são?

Na Beira, por exemplo, verificou-se a absurda situação de não serem transmitidos os tempos de antena, mesmo de alguns dos candidatos que se apresentaram ao eleitorado em vídeo, discorrendo sobre tudo aos dez minutos de cada vez, sempre de seguida e no mesmo fôlego. Em Maputo sempre foram aparecendo e, quando tal não aconteceu, era emitida uma foto com a cara deles. Na Beira só o ecrã azul, no último dia de campanha, com a TVM a apresentar mais meia hora de ecrã com o nome de três dos candidatos.

Educação cívica

O boletim "MediaFax" de ontem trazia um artigo

Continua na pág. 13

Continuação da pág. 12

Moçambique, dia um?

intitulado: "Saberemos votar?" Por todo o país se desenvolveram as acções de educação cívica, mas o artigo especulava sobre a necessidade de se ensinar as pessoas quase à boca da urna, com todos os perigos inerentes. "O nosso correspondente em Inhambane, lê-se, calcula que nesta província haverá 35 por cento de votos legalmente nulos." Os dados ter-lhe-ão sido fornecidos pelos próprios elementos que procedem à educação cívica.

Na TV multiplicaram-se os programas em que é explicado como votar. Surgiram frequentemente perguntas como "Porque votar duas vezes?" — para as legislativas e para as presidenciais. "O meu marido morreu, posso votar por ele?" Não se trata de caricaturar uma situação, mas de questões práticas inerentes à tão propagandeada democracia e que foram explicadas muito sumariamente aos quase 6,5 milhões de eleitores, a maioria sem acesso a jornais ou TV, muitos sem saber ler, muitos sem falar português sequer...

O voto é secreto

Os candidatos bem clamaram: "Se os outros fizerem ameaças, digam que votaram neles, mas votem em nós que ninguém saberá. O voto é secreto." Do outro lado ouviu-se o mesmo. Em Machanga, na província de Sofala, um simpatizante da Renamo esforçava-se por memorizar: "Seis oito. Seis oito." É que o número seis do boletim azul das presidenciais é Dhlakama, mas a Renamo ocupa a oitava posição no boletim branco das legislativas.

Os votos nulos, os enganos (há uns anos, em Portugal, não dizia o PCP que havia quem votasse MRPP, ao engano e por causa da foice e do martelo, pensando que estavam de facto a votar neles?), são um elemento que poderá criar surpresas total e incrivelmente inesperadas e sancionadas democraticamente.

Das mensagens de campanha pouco ficou, para além das críticas e acusações mútuas dos dois principais candidatos e dos restantes dez aos dois principais. De Máximo Dias, ficou que é didáctico; de Mário Machel que é sobrinho de Samora; de Ya-Qub Sibindy que veste como Maomé; de Vasco Campira nada; de Domingos Arouca que é democrata-cristão; de Carlos Jeque que padeceu de malária durante a campanha; de Padimbe Kamati que tem as longas barbas cada vez mais brancas; de Casimiro Nhamitambo que é jovem; de Wehia Ripua que é racista; de Carlos Reis que é defensor do federalismo.

Mas os grandes protagonistas da campanha foram as crianças. Elas, sempre omnipresentes em tudo em Moçambique. Foram elas que encheram estádios, que acompanharam as caravanas solitárias dos pequenos partidos, que atiraram pedras, distribuíram e/ou rasgaram cartazes, gritaram "viva, hoyé!" e "abaixo, zi!" Só que, hoje, votar, não votam. ■

Comentário

As teses do barril e a vantagem de ir para a oposição

Luís Pedro Nunes

QUEM EM Portugal tenha acompanhado os últimos dias do processo moçambicano talvez esteja mesmo convencido da inevitabilidade de um "remake" da questão angolana. No entanto, em Moçambique, poucos crêem de facto que as eleições vão degenerar em guerra. Quando muito, em violência.

Algum etnocentrismo trazido em malas do avião, alguma pressa na análise e necessidade de enfatizar algumas perturbações "banalíssimas" no quotidiano de Moçambique e em Maputo têm ajudado à tese do "barril de pólvora" em contagem decrescente.

O perigo real nestas eleições, alertava um observador, virá da publicitação de resultados parciais. Veja-se como hipótese a cidade da Beira, onde a Renamo tem grandes chances de vencer. Com o conhecimento dos resultados locais terão origem naturais manifestações dos vencedores, que, mais tarde, talvez constatem que afinal não ganharam as eleições a nível nacional. Poderão nascer focos alargados de violência urbana, que, dependendo da reacção da polícia, poderão generalizar-se em vinganças de parte a parte.

Mas guerra civil, tal como aconteceu em Angola, é tida como impraticável, mais que não seja porque a Renamo desmobilizou muito mais do que pretendia e não parece ter capacidade organizativa para, se assim quiser, voltar para o mato.

Nas cidades, embora ninguém arrisque, a maioria parece no íntimo convencida da vitória da Frelimo e de Joaquim Chissano. Muitas vezes é sobretudo a expressão de um desejo, do receio do caos e do desconhecido, das memórias das barbáries cometidas pela Renamo, e não um raciocínio objectivo. Para mais, as eleições vão-se decidir nas longínquas províncias da Zambézia e de Nampula, a milhares de quilómetros de Maputo.

Da leitura da imprensa moçambicana, leia-se a imprensa de Maputo, resulta igualmente que Chissano já venceu, se não veja-se o "showmício" de Maputo. A campanha de desinformação de que foram cúmplices — nomeadamente com a deturpação de uma frase de Dhlakama de que este quereria deportar os changanas do Sul para a África do Sul —, embora grosseira, acabou por ter efeitos devastadores na Renamo, inviabilizando a sua campanha em Maputo e Xai-Xai.

Só que há quem garanta que Dhlakama está mesmo convencido da sua vitória, reparando numa alteração do seu discurso: deixou de falar no Governo de Unidade Nacional, deixou de se interessar pelas garantias de respeito pós-eleições pela oposição; começou a dirigir-se em todos os comícios directamente às forças policiais, garantindo que não procederá a uma caça às bruxas — como se para ele já fosse certo que irá tomar posse de um aparelho de Estado onde o funcionalismo público e forças da ordem confundem as suas funções com a militância na Frelimo.

A resultar violência, a Onumoz não estará isenta de culpas. Aldo Ajello reconheceu que as inspecções aos arsenais militares de ambos os lados não foram concluídas, mas que há condições para que se realize o escrutínio. Para mais, calcula-se que existam nas mãos de civis dezenas de milhares de Kalashnikov, que poderiam ter sido adquiridas, na maior parte, por alguns milhões de dólares, o equivalente a uns dias de funcionamento da Onumoz.

E, mesmo que todo o processo eleitoral e pós-eleitoral decorra normal e pacificamente, aproximam-se dias difíceis para Moçambique. A ONU deixará o país com o espírito de missão cumprida. O choque económico desta partida é calculado como bastante forte.

O país, que vive essencialmente da esmola da comunidade internacional, terá então entrado no "seio das Nações democráticas" e também as centenas de organizações não governamentais instaladas em Moçambique parecem tentadas a passar da "ajuda de emergência" para a "ajuda de desenvolvimento", o que na prática equivale essencialmente a menos dinheiro. Como dizia um observador, nos próximos cinco anos será muito melhor ser oposição do que Governo. O problema é que Chissano e Dhlakama pensam exactamente o contrário. ■

PÚBLICO, 27.10.94

Savimbi vai discutir o seu estatuto com Eduardo dos Santos

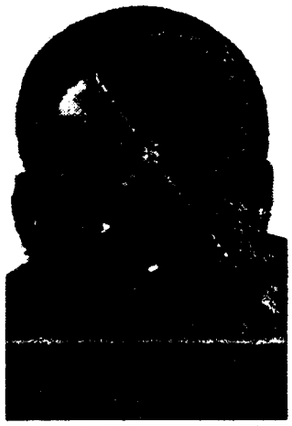
PÚBLICO, 28.10.94

O ESTATUTO político a atribuir ao líder da UNITA será objecto de discussões directas entre o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e Jonas Savimbi, previstas para a terceira semana de Novembro, à margem da cerimónia da assinatura dos Acordos de Paz.

O mediador das negociações tem recusado confirmar o encontro entre os dois principais dirigentes angolanos, mas uma fonte diplomática disse ao PÚBLICO que ele está a ser preparado pelo próprio Alioune Beye, com o apoio dos presidentes da Zâmbia, Zimbabwe e África do Sul. Nelson Mandela e Robert Mugabe estarão presentes em Lusaca nessa ocasião e um frente-a-frente entre José Eduardo dos Santos e Savimbi é encorajado pelos países da região como um sinal de confiança na aplicação dos Acordos de Paz.

Quando há duas semanas visitou os Estados Unidos, o Presidente sul-africano acordou com Bill Clinton sobre a necessidade de o Governo angolano reservar para Jonas Savimbi "um cargo de alto nível", no âmbito das chamadas garantias internacionais que a UNITA advoga para o seu líder.

Uma fonte destacada do MPLA confirmou ao PÚBLICO que já em Julho, quando o Presidente zambiano esteve em Luanda, sondou o seu homólogo angolano, a pedido da UNITA, sobre a possibilidade de ser



Jonas Savimbi

atribuído a Savimbi o cargo de vice-Presidente. Luanda teria não apenas anuído a esta proposta que segue o "modelo sul-africano", mas avançado inclusive com a ideia de duas vice-presidências, a primeira das quais caberia ao MPLA na condição de partido maioritário no Parlamento.

Sempre segundo a fonte diplomática, Savimbi não aceitaria, neste caso, ser subalternizado como futuro "número dois" do poder em Angola, indicando então para o lugar o secretário-geral da UNITA e chefe da sua equipa negocial, Eugénio Manuvakola. Do lado do MPLA, o cargo de primeiro vice-Presidente seria entregue ao seu secretário-geral, Lopo do Nascimento.

Os rumores sobre estes acertos ganharam maior consistência na última semana, a seguir aos quatro encontros que o mediador Alioune Beye manteve com o Presidente de Angola e com o líder da UNITA, dos quais obteve a concordância de que o "caso Savimbi" será tratado a nível dos mais altos dirigentes das duas partes.

Mas subsistem divergências quanto à segurança de Savimbi e só depois de a questão ser resolvida a delegação governamental, como decidiu o conselho de Ministros na quarta-feira, rubricará o Protocolo de Lusaca. "Não podemos repetir os erros do passado", avisou o general Higino Carneiro, porta-voz da equipa negocial de Luanda, que ontem à tarde regressou à capital zambiana. Não tendo dúvidas sobre a intransigência do Governo na matéria, Alioune Beye tentou ontem de manhã, no Huambo, pela última vez, obter de Savimbi uma proposta para o número de efectivos da sua guarda pessoal, bem como o tipo de armamento a utilizar após a assinatura do Acordo de Paz.

Dissipando euforias nesta recta final das conversações, o mediador desmentiu que alguma vez tivesse estipulado "o dia 31 de Outubro para rubricar o Protocolo de Lusaca"; deixou entender que nessa data as negociações devem apenas estar concluídas. As assinaturas de Eugénio Manuvakola, pela UNITA, e de Faustino Muteka, pelo Governo, seriam apenas aos documentos uns dias depois, e Eduardo dos Santos e Savimbi deveriam fazer declarações saudando o acontecimento.

Em comunicado distribuído na véspera do seu regresso a Lusaca, Alioune Beye advertiu as duas delegações para que voltem hoje às negociações com "um mandato apropriado" para, dentro de dez dias, rubricar o Protocolo. Interrogado pelo PÚBLICO sobre se o silêncio da reunião da Comissão Política da UNITA, no Huambo, prenunciava obstáculos nessa direcção, o mediador foi peremptório: "Não vejo razões para que a delegação da UNITA não regresse a Lusaca com um mandato inequívoco para assinar os documentos".

[Mas a UNITA indicou na quarta-feira à noite que estava com problemas em concretizar a reunião da Comissão Política, por dificuldades de delegados em chegar ao Huambo, que estaria a ser alvo de uma "ofensiva militar generalizada" do Governo. Em Luanda, fontes diplomáticas citadas pela agência Lusa referiam uma intensificação das acções militares dos dois lados. Concretamente no Huambo, "as forças governamentais (...) estão já a escassas dezenas de quilómetros da cidade, com grupos de penetração praticamente dentro da capital da província".] ■

Agostar dos Santos,
em Luanda

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. **Edição:** Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). **Apoio:** Fundação Ford. **Produção Gráfica:** Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): **Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155.** – Assinatura anual (em dólar comercial): *Instituições internacionais:* US$ 250.00; *nacionais:* US$ 200.00; *Pesquisadores:* US$ 100.00. *WE ASK FOR EXCHANGE.*

BOTTO DE BARROS 17.XI.94 RJ
BRASIL CORREIO 0065 ☆ RS
IMPRESSO